

KAINGANG DA GYRÓ: TERRITORIALIZAÇÃO NA CIDADE DE PELOTAS /RS

ANDRESSA DOMINGUES¹; ROGÉRIO REUS GONÇALVES DA ROSA²

¹Universidade Federal de Pelotas – andressadrm@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – rosa.rogeriogoncalves@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se à apresentar algumas discussões pertinentes ao andamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado junto à comunidade Kaingang da aldeia Gyró, na cidade de Pelotas/RS. A pesquisa está vinculada ao Bacharelado em Antropologia, seguindo a linha de pesquisa em “Relações Interétnicas, Etnicidade e Território” do Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), bem como o projeto de pesquisa “Etnologia Ameríndia e Mitologia: uma análise sobre a diversidade religiosa, as relações interétnicas e as políticas públicas do ponto de vista dos povos autóctones na América Latina, na América e noutras partes do mundo, coordenado pelo Prof. Dr. Rogério Reus Gonçalves da Rosa”.

Desde o ano de 2015 pesquisadores da UFPel e da UCPel têm acompanhando os Kaingang procedentes da Terra Indígena Kondá (Chapecó/SC), agora habitantes da aldeia Gyró, situada na Colônia Santa Eulália (Pelotas/RS), demarcada e regularizada através do Decreto Municipal nº 5.932, de 30 de julho de 2016, assinado então pelo Prefeito Eduardo Leite.

Desse modo, a proposta de discussão do trabalho corresponde às reflexões referentes aos movimentos de territorialização Kaingang, que trata do entrelace do mundo material e do modo de viver Kaingang, manifestando sua identidade e memória enquanto coletivo (LAPPE, 2012). Ou seja, esse projeto visa não somente localizar a situação atual do coletivo em questão, como também pensar, a partir dessas reflexões, as (re)configurações cosmológicas e socioespaciais dos Kaingang da Gyró.

A pesquisa tem sido tecida a partir da realização de etnografias entre os Kaingang na Gyró e no centro urbano de Pelotas, enfim desse acompanhamento surgiram indagações sobre como esse coletivo se apropriou de tais espaços. Neste caso, o aporte teórico de “territorialização” tem sido revisitado em OLIVEIRA (1998) enquanto um meio de atualização e reestruturação dos indígenas de seu próprio reconhecimento étnico.

O interesse de se trabalhar com movimentos de territorialização designa, então, não somente uma recuperação geoespacial dos povos originários, bem como uma reestruturação cultural dos mesmos para com o espaço em questão (LAPPE, 2012). Assim, frente às imposições de modelos do Estado Nacional Brasileiro, as dinâmicas se adaptam ao contexto histórico (TOMMASINO, 1995:19).

2. METODOLOGIA

Antropologicamente, o trabalho foi pensado a partir do método etnográfico, um método que se utiliza a prática de campo, se constitui ao olhar e ouvir aquilo ou aquele/a com qual se pesquisa, além de contemplar a observação participante

em que, durante o percurso da pesquisa, passa a acompanhar de forma mais recorrente o grupo em questão (ROCHA; ECKERT, 2008).

O suporte bibliográfico utilizado na pesquisa tem sido referenciais que discutem sobre a linha de pesquisa em relações interétnicas, etnicidade e território, como trabalhos realizados pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho (1998). Neste caso, a contribuição de OLIVEIRA (1998) refere-se à reorganização social em processos de territorialização, além das autoras e dos autores citados ao decorrer do presente resumo.

A pesquisa, então, está sendo realizada através de práticas de campo, acompanhando os Kaingang da Gyró, tanto na aldeia quanto em outros tipos de atividades externas, como participações de reuniões no Ministério Público Federal e em Instituições em eventos culturais, desde o ano de 2017.

Desta forma, ao aprofundar a discussão na linha de pesquisa de Etnologia Indígena, a pesquisa ressoa junto à diferentes epistemologias. Isso possibilita trabalhar com a descolonização da ciência e a contra-hegemonização do pensamento, pois assim amplia-se as possibilidades do pensar e do habitar. Compreende-se aqui mais um espaço que propõe discussões e reflexões sobre diferentes configurações étnicas e socioculturais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em novembro de 2015, a vinda da parentela indígena para a cidade de Pelotas repercutiu e mobilizou diversas pessoas e instituições na região. Acamparam-se, em um primeiro momento, na Av. Pres. João Goulart – BR 293 Km 1, em frente à Rodoviária, um local de extrema visibilidade para a venda de artesanatos. As saídas das aldeias para vendas de seus trabalhos ocorrem com maior frequência no verão, principalmente para cidades litorâneas ou de grande fluxo cultural. Nessa viagem, dezesseis famílias, num total de 54 pessoas, se direcionaram para a cidade de Pelotas. De acordo com relatos do Cacique Pedro, estabelecer-se na cidade foi uma decisão póstuma, ao perceberem a receptividade da população pelotense e a mobilização da prefeitura para o bem-estar dos indígenas, ou pelas próprias palavras do Cacique: “olharam para nós!”.

Durante um ano, os Kaingang tiveram de escolher entre três terrenos para constituírem uma aldeia. Para tal, a prefeitura providenciou um micro-ônibus que comportasse todos os interessados em conhecer os novos espaços. O primeiro lugar a ser visitado foi na Colônia Z3, o segundo foi no Distrito de Santa Eulália, e o terceiro terreno estava localizado na Cascata, ambos na zona rural de Pelotas. Dentre eles, os Kaingang decidiram-se por se fixar na Colônia Santa Eulália, por se tratar do maior terreno entre os três oferecidos. A mudança para o novo espaço ocorreu em agosto de 2016. Ali foram levantadas quatorze lonas para acomodá-los provisoriamente.

Aqui, o processo de adaptação e apropriação dos espaços da cidade, em meio a estes acontecimentos de, relativamente, rápida mobilização em relação às famílias Kaingang, entra em foco. De um contexto em que viviam mais de 300 pessoas em 2,3 mil hectares, na Terra Indígena Kondá - Chapecó/RS, os Kaingang narram sobre se tratar de um local de muito risco pelos atropelamentos e longas viagens para negociação de seus artesanatos. De acordo com a companheira [Elza] do Cacique [Pedro], em Pelotas, mesmo os Kaingang

ocupando um local descampado e sem estrutura de saneamento básico até o início de 2018, a cidade está mais próxima da região litorânea e da fronteira com outro país, locais recorrentes para suas circulações de vendas de artesanato.

Em termos de um panorama geral, os Kaingang, representam uma das maiores populações indígenas do Brasil. De acordo com dados do Instituto Socioambiental, organização que luta junto aos povos pelos direitos humanos e sociais, a população Kaingang está distribuída pelos Estados de Santa Catarina, Rio grande do Sul, Paraná e São Paulo, somando-se em mais de 45 mil indígenas vivendo entre 32 terras Kaingang reconhecidas pela FUNAI¹.

Dentre as práticas socioculturais deste povo, a migração entre aldeias e cidades estão relacionadas às viagens constantes, sejam elas para vendas de artesanatos (importante meio de subsistência e resistência cultural), ou em busca de territórios que comportem o modo de viver desses grupos. A motivação na recuperação de territórios carrega, também, significados cosmológicos que engatilham esses movimentos (LAPPE, 2012).

As narrativas dos Kaingang, ao falarem de suas circulações entre cidades, revelam que a vinda para Pelotas ocorreu, também, em busca de uma mudança na situação de insegurança e de saúde. Assim, no caso em questão, a vinda do grupo Kaingang foi, então, por conta desses conflitos na T.I. Kondá e na relação com a cidade de Chapecó/SC. Pelotas é pensada e imaginada por essas pessoas enquanto um território de passagem de seus ancestrais como o Cacique Nonohay, há 300 anos atrás, de Guaraní, de Charrua e do próprio Cacique, esse na década de 1980. Para além, a escolha de Pelotas foi motivada por uma visão do vice Cacique, como narra em uma de nossas conversas na aldeia:

“[...] nos contou que voltou de Nonoai para Chapecó vivendo de artesanato com a sua mãe, durante uns 15 anos. Retornou para a Reserva de Voutoro e teve seu sonho: “Outra visão, ou Leste, ou Sul ou Norte, ou Laguna/SC”. Seu irmão chamou para Laguna, mas a visão era para saber onde “ele” poderia parar: “A visão era pra tocar pra frente. E aconteceu. E por isso hoje estamos aqui. Estamos renovando os antepassados.” (Trecho do diário de campo em março de 2017)

A partir destes relatos, a pesquisa tem como objetivo entender quais as ligações entre o despertar dos movimentos de territorialização aos sonhos, às mensagens de ancestrais e aos mitos. Alguns elementos que guiam este estudo são, por exemplo, o da figura ancestral de Cacique Nonohay, que transita entre as presentes narrativas Kaingang e os registros etnohistóricos.

Este recorte pode ser entendido enquanto um resgate da memória de antepassados para a reafirmação de identidade e reivindicação dos direitos originários defendido pela Constituição de 1988 (essencial para a aplicação do Decreto Municipal nº 5.932/16, no caso da Gyró), como aponta TOMMASINO (1995:19). Já em relação ao Nonohay, o trabalho de ROSA (2009), sobre diferentes narrativas de velhos Kaingang Konkó (rio Guarita/RS), Kasu (T.I. Rio da Várzea, em Frederico Westphalen/SC) e Jorge Kagnãg Garcia (T.I. Voutoro em Nonoai/SC), em torno desta figura entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, subsidiará tais reflexões.

¹ Link de acesso do Instituto Socioambiental (ISA): <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>

Para a discussão de território e movimentos de territorialização Kaingang, passa-se a ler a partir do ponto de vista de diferentes grupos étnico-culturais, como o coletivo em questão que fala de uma Terra Mãe e das riquezas naturais que se tinha. Assim, a noção de território não corresponde apenas ao espaço geográfico em si. Pode-se pensar, portanto, que o mesmo está entrelaçado a tudo o que pode ser simbolicamente significado e reproduzido ali, tanto em territórios de grande extensão quanto um ponto específico em uma aldeia de pequena dimensão espacial.

4. CONCLUSÕES

A partir dessa breve discussão, tentamos entender como a comunidade retratada nesse trabalho, traz elementos de sua cosmologia durante o movimento de territorialização e como tem sustentado suas narrativas de modo a garantir os seus direitos originários.

Considera-se, então, esse trabalho enquanto uma introdução a um estudo de caráter etnológico, como também é resultado de um engajamento visto o comprometimento de retorno à comunidade que subsidiam os projetos em desenvolvimento na área destinada aos Kaingang.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAPPE, E. **Natureza e Territorialidade: Um estudo sobre os Kaingang das Terras Indígenas da Linha da Glória/Estrela, Por Fi Gâ/São Leopoldo e Foxá/Lajeado**. Dez. 2012. Monografia (Licenciatura em História) - Curso de Licenciatura em História, Univates.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, C. "Etnografia: saberes e práticas". **Illuminuras Revista Eletrônica**, 31. Mar, 2012.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da Rosa. Lenda e Mito do Cacique Nonohay: guerra e vingança kaingang no fio do tempo. In: GOLIN, Tau (ORG.) **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, Méritos, no prelo.

TOMMASINO, K; KURTZ, L. Territórios e Territorialidades Kaingang: A reinvenção dos espaços das formas de sobrevivência após a conquista. **DOSSIÊ – ESTUDOS SOBRE AS SOCIEDADES JÊ (KAINGANG E XOKLENG) NO SUL DO BRASIL**, Londrina, V. 19 N. 2, P. 18-42, jul./dez. 2014.